

## Microempresas e empresas de pequeno porte: uma análise sob à ótica da inconstitucionalidade do depósito recursal

---

Para ler o TCC na íntegra, [clique aqui](#)

---

### Autores

Eduardo Pena de Oliveira  
Pina

### Orientação

Juliana Giovanetti Pereira  
da Silva

## Resumo

Para os empregadores de micro e pequeno porte alcançarem a segunda instância em seus recursos, eles necessitam efetuar os pagamentos das custas processuais, bem como do depósito recursal. Ambos os valores são gratuitos aos empregados, mas anteriormente não era aos empregadores, pois apenas os primeiros desfrutavam da assistência jurídica gratuita, por representarem a parte hipossuficiente na relação trabalhista. Caso em que leva a questionamentos de ser ou não obrigatório esse ônus ao empregador. Uma recente alteração na lei propõe que os microempresários e empresários de pequeno porte tenham acesso à gratuidade na assistência jurídica, caso comprovem não ter condições financeiras para arcar com tais pagamentos. Vale ressaltar que, tal alteração não se entendeu ao benefício do depósito recursal. A finalidade do presente estudo é precisamente verificar a inconstitucionalidade do depósito recursal como pressuposto de admissibilidade para acesso ao duplo grau de jurisdição, baseando-se nos princípios do duplo grau de jurisdição e do contraditório e ampla defesa.

**Palavras-chave:** Depósito recursal. Microempresa. Empresa de pequeno porte. Assistência jurídica gratuita.

## Da embriaguez ao volante e ineficácia na prevenção e punição dos infratores

---

Para ler o TCC na íntegra, [clique aqui](#)

---

### Autores

Fernando Martins  
Figueiredo

### Orientação

Juliana Giovanetti Pereira  
Da Silva

## Resumo

O presente trabalho pretende analisar as evoluções, alterações que versam sobre a legislação á respeito da condução de veículos automotores, por condutores que ingerem bebidas alcoólicas ou fazem o uso de outras substancias psicoativas. Analisaremos no discorrer deste artigo quais os impactos, a aplicação das alterações, á partir do momento que entra em vigor as sucessivas modificações, os debates sobre uma possível inconstitucionalidade das mesmas, sua eficiência quanto à prevenção e punição dos infratores. Em meio das questões em debate sobre esse tema, importante citarmos que as referidas alterações e modificações na legislação que abrange á respeito deste importante assunto, estão sempre objetivando a tentativa de inibir a conduta dos infratores contumazes, pretendendo também impor maior severidade nas punições aos infratores.

**Palavras-chave:** Tolerância zero; Embriaguez ao volante; Ineficácia; Prevenção; Punição.